

## • EDITORIAL

### Tarcísio Márcio Magalhães Pinheiro

Desde o último número deste Boletim (julho/2022) aconteceram inúmeros eventos e fatos marcantes no país. Pode-se destacar todavia alguns: a evolução da pandemia da Covid19 (que levou mais de 700.000 vidas, trouxe e ainda traz incontáveis impactos e repercussões), as graves ameaças de ruptura do processo democrático brasileiro (janeiro/2023) e a recente epidemia de dengue. Todavia, ao mesmo tempo, assistiu-se também a diversos exemplos de enfrentamentos, resistências, resiliências e possibilidades de reconstruções.

Neste novo número do Boletim retornamos com temas novos e recorrentes sobre a saúde dos Trabalhadores e das Trabalhadoras, além da Charge crítica e reflexiva de Lorl Thalma, notícias, textos e da entrevista.

Não é possível esquecer os crimes/desastres de Mariana (25/11/2015) e Brumadinho (25/01/2019) que continuam vivos e que exigem reparações e apurações rigorosas. Os graves e mesmos irreparáveis danos advindos destes horrores gerados no trabalho continuam atormentando e adoecendo milhares de pessoas e degradando o meio ambiente. O sentimento de injustiça social e de indignação diante da impunidade dos responsáveis por aqueles desastres mancham ainda mais este trágico cenário. É preciso mudanças efetivas, justas e imediatas.

A entrevista deste número é com Marina Paula Oliveira, pesquisadora, mestre pela PUC/Minas, onde defendeu a dissertação "Acordo para quem? Uma análise do acordo firmado entre a Vale S.A. e o Estado de Minas Gerais no contexto do rompimento da barragem em Brumadinho MG". Esta pesquisa deu origem em 2022 ao livro da Marina intitulado "O preço de um crime socioambiental: os bastidores do processo de reparação do rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, o maior desastre humanitário do Brasil". Trata-se de uma rigorosa pesquisa acadêmica, uma obra crítica e reveladora dos bastidores de um acordo empresa-Estado e que denuncia a exclusão/baixa participação dos movimentos sociais dos atingidos e da sociedade no mesmo.

Helton Barbosa Damiani nos apresenta o artigo "Brumadinho: militante esperança de Novas Brumas". Em Brumadinho, todos os dias 25 de janeiro de cada ano, são marcados por grandes, representativas e calorosas manifestações organizadas por diversas instituições e movimentos sociais, dentre estes o dos atingidos pelo



Tarcísio Pinheiro, coordenador do OSAT-UFMG

- **ENTREVISTA** **PÁG**  
Marina Oliveira **3 a 6**
- **BRUMADINHO** **PÁG**  
Esperança de novas brumas **6 e 7**
- **O DEVIR DA TERRA** **PÁG 8**  
O Crime de Unaí
- **ARTIGO** **PÁG 9**  
Caminhos do Trabalho Brasil
- **CULTURA** **PÁG 10**  
A terra dá, a terra quer

rompimento da barragem da Vale. Um destes movimentos é a Romaria pela Ecologia Integral. Trata-se de uma homenagem às 272 JÓIAS que perderam suas vidas por ocasião de rompimento da barragem. É sempre um espaço coletivo de solidariedade, de cobranças, de denúncias e de luta por justiça.

O artigo "O Devir da Terra" de Maria da Ajuda Luiz dos Santos e Mário Parreiras de Faria resgata/rememora/atualiza outro crime/tragédia relacionada ao trabalho que culminou com o assassinato brutal de 3 auditores fiscais do Ministério do Trabalho/MG e de seu motorista, ocorrido em 28 de janeiro de 2004, e que ficou tristemente conhecido como o "Crime de Unai". Parece que após 20 anos, a justiça chegou aos mandantes daquele massacre. Outro triste janeiro.

A Profa. Andréa Maria Silveira, nos apresenta no artigo "Projeto Caminhos do Trabalho", uma proposta de estudo/intervenção muito relevante e desafiante no sentido de dar visibilidade aos acidentes/doenças relacionados ao trabalho no Brasil mediante a notificação dos mesmos. É uma proposta que se originou na Universidade Federal da Bahia em 2017 e que em 2023 ganhou uma dimensão nacional. Minas Gerais participa deste projeto através da UFMG.

Completam este Boletim seções de Cultura e o Box Informativo.

Agradecemos aos autores e colaboradores deste número do Boletim. A edição deste Boletim foi possível graças ao trabalho e dedicação de Vitor Augusto Fortunato de Andrade e da equipe da Assessoria de Comunicação Social da Faculdade de Medicina/UFMG. Nosso sincero agradecimento.

Tenhamos todos e todas uma boa e agradável leitura.



## Charge: Lor e Thalma

Desde sua quarta edição, o boletim do OSAT tem a honra de contar com a colaboração de dois dos maiores chargistas brasileiros: a artista plástica Thalma de Oliveira Rodrigues e o Prof Luiz Otávio Rodrigues, voluntário no Centro de Referência em Fibromatose do Hospital das Clínicas da UFMG e com ampla atuação na defesa dos direitos humanos e do SUS.

# “SÃO OS NOSSOS CORPOS CONTAMINADOS. NOSSAS CASAS SOTERRADAS”

Nesta edição, o OSAT entrevista Marina Paula Oliveira, doutoranda em Relações Internacionais, conselheira do Celam (Conselho Episcopal Latinoamericano) e militante do MAM (Movimento pela Soberania Popular na Mineração) e do Movimento Brasil Popular.

**Osat – Há 5 anos, ocorreu o rompimento da barragem B1 da mina do Córrego do Feijão, da empresa mineradora Vale. Na sua opinião, trata-se de um desastre-crime socioambiental?**

Não faltam provas de que se tratou de um crime premeditado. Documentos apresentados nas três Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) realizadas pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), pela Câmara dos Deputados (CD) e pelo Senado Federal (SF), demonstram o conhecimento prévio por parte de gestores da Vale e da TUV SUD de uma série de irregularidades na barragem.

Outras duas empresas se negaram a fornecer a declaração de estabilidade. Mesmo assim, a Vale seguiu pressionando e buscando outras empresas que fornecessem a declaração, a despeito das reais condições instáveis da estrutura. Cinco meses antes do rompimento, a empresa subsidiária alemã TUV SUD apresentou documentos falsos de estabilidade. Houveram trocas de e-mails entre os funcionários das empresas, indicando problemas na estrutura. Esses documentos podem ser encontrados nos relatórios das CPIs e no relatório produzido pela Política Federal.

As provas deste crime também estão nos nossos territórios. São os nossos corpos contaminados. Nossas casas soterradas. Nossos amigos e familiares enterrados vivos. Não entendemos qual é a dificuldade de garantir justiça e responsabilização criminal para ambas as empresas.

**Osat - Quem são os atingidos por esse desastre-crime, e como suas vidas foram impactadas?**

Somos um milhão de pessoas atingidas pelo crime da Vale em Brumadinho, espalhadas em 26 cidades ao longo da Bacia do Rio Paraopeba, no estado de Minas Gerais. Somos familiares de vítimas, trabalhadores diretos e terceirizados, crianças, indígenas, quilombolas, agricultores familiares, pescadores, moradores de centros urbanos e zonas rurais.



Marina Paula Oliveira premiada no Quai d'Orsay, em Paris, em 7 de dezembro de 2023

foto: RFI

Algumas pessoas perderam seus familiares, outras perderam suas casas, plantações e modos de subsistência. Atualmente, a população atingida está exposta a elevados níveis de metais pesados como chumbo e arsênio, que estão presentes na

“Somos um milhão de atingidos”

água, no solo e no ar da região atingida. Não obstante, os efeitos na saúde têm se agravado com o tempo, sobretudo em relação à saúde mental, com o aumento dos casos de suicídios, consumo de ansiolítico, antidepressivo, aumento do consumo de álcool e drogas, obesidade, entre outros.

Além disso, as obras de reparação têm atraído milhares de trabalhadores, o que tem sobrecarregado os serviços públicos, o trânsito e a infraestrutura local, uma vez que a cidade não estava preparada para lidar com a nova dinâmica. Isso tem resultado no aumento dos preços de produtos básicos, assim como do setor imobiliário, sufocando outros setores da economia que não estejam conectados às demandas da mineração.

Há também uma exaustão social no que se refere à vida em comunidade, em razão da quantidade de reuniões que os atingidos precisam organizar e participar para exigir seus direitos, gerando jornadas triplas de trabalho não remunerado. Esse tempo, que antes era dedicado



às atividades de convívio comunitário e à família, se transformou em tempo dedicado às reuniões com Instituições de Justiça, Assessorias Técnicas, Consultorias, empresas terceirizadas, entre outros. Muitas vezes estas reuniões não produzem resultados e melhorias concretas na vida dos atingidos, gerando frustração. Ao mesmo tempo, a sobrecarga de trabalho, adicionado ao cansaço acumulado, acaba impedindo que os atingidos se dediquem à organização de atividades que antes faziam parte da vida cotidiana da comunidade, como festas, encontros, cursos, eventos, oficinas, campeonatos, entre outros.

Nesse contexto, há um esgarçamento do tecido social, em razão das contradições que a própria Vale provoca no interior da sociedade. Isso tem contribuído para uma maior polarização entre os atingidos, criando e intensificando conflitos comunitários, assim como aumentando as perseguições políticas contra defensores de direitos humanos e militantes de movimentos sociais. Esses são apenas alguns dos muitos impactos que seguem se reproduzindo e se atualizando com o passar do tempo.

### **Osat - Como você avalia o papel do Estado brasileiro diante desse desastre-crime?**

Infelizmente, a despeito dos esforços de algumas instituições e organismos públicos, o Estado brasileiro vem demonstrando estar mais próximo dos interesses das empresas do que da população, privilegiando interesses privados em detrimento do bem estar coletivo.

Percebemos uma solidariedade desproporcional do estado em relação às mineradoras que vêm cometendo crimes nos nossos territórios. Infelizmente isso ocorre, também, porque nossas Instituições de Justiça, Parlamento, governos e demais centros de tomada de decisão ainda têm pouco ou quase nenhum contato com a realidade cotidiana das nossas comunidades. Pelo contrário, na maioria das vezes as decisões são tomadas em espaços que nós, atingidos, temos dificuldade de acessar. Enquanto não ocuparmos esses espaços, eles não serão representativos de nossas

“ Não faltam provas de que se tratou de um crime premeditado”

demandas, e, conseqüentemente, não seremos capazes de fazer as mudanças que precisamos.

### **Osat - Como os atingidos se organizam na luta por justiça e quais são suas principais demandas?**

Nos meses posteriores ao rompimento da barragem,

familiares de vítimas e comunidades atingidas ao longo de toda a bacia do rio Paraopeba iniciaram seu processo de auto-organização para lutar pelo encontro dos corpos das vítimas, por justiça e pela reparação integral dos territórios afetados. Para isso, foram formadas várias comissões, coletivos e articulações de atingidos.

Em fevereiro de 2019, com a determinação do juiz responsável pelo caso, as comunidades conquistaram

“ Demandamos justiça, responsabilização criminal para os gestores da Vale e da TUV SUD”

o direito à assessoria técnica independente. A principal finalidade das assessorias seria garantir a participação informada e qualificada dos atingidos, buscando diminuir a desproporcionalidade de controle do conhecimento e poder por parte da Vale.

No entanto, esse processo de auto-organização foi violentamente interrompido quando os atingidos souberam, pela imprensa, que o governo estadual estava negociando os termos da reparação diretamente com a Vale e sem a participação das vítimas. Além de não poderem participar das rodadas de negociação, o acordo ocorreu em sigilo judicial e os atingidos não tiveram acesso às informações.

Nossas principais demandas dizem respeito à recuperação do meio ambiente, incluindo a fauna, a flora e a biodiversidade local. Em relação à reparação socioeconômica, buscamos medidas relacionadas à superação da minério-dependência e diversificação da matriz econômica. Também exigimos a garantia de nossos direitos básicos, com indenizações individuais e coletivas justas e rápidas. Demandamos justiça, responsabilização criminal para os gestores da Vale e da TUV SUD, assim como garantias de não repetição. Por fim, exigimos acesso à informação qualificada, transparente e independente, com garantia do nosso direito de discordar, protestar e participar do processo de reparação, sem que haja qualquer retaliação.

**Osat - O Estado de Minas Gerais, as instituições de justiça e a Vale firmaram um acordo de R\$37,69 bilhões em 2021, com a previsão de projetos de reparação dos danos socioambientais e socioeconômicos. Hoje, 5 anos depois do rompimento, o que foi realizado? As pessoas e territórios atingidos foram reparados?**

O resultado final das negociações do acordo escancarou a ausência dos atingidos no processo. O acordo que deveria

atender as demandas por reparação integral e justiça não incorporou as necessidades dos territórios. Pelo contrário, o governo estadual se aproveitou da tragédia para incorporar recursos que deveriam ser destinados à reparação no orçamento público estadual. Assim, pouco tempo antes das eleições de 2022, o governador Zema repassou recursos financeiros para todas as 853 prefeituras do estado. Esta iniciativa certamente contribuiu para a sua aproximação com os municípios e, conseqüentemente, para sua reeleição.

O governo também incorporou o projeto de construção do Rodoanel ao plano de reparação. Trata-se de uma grande contradição já que o projeto beneficia principalmente as mineradoras que operam no estado, além de que a construção da rodovia irá desalojar milhares de famílias e causar novos impactos socioambientais.

Outra crítica em relação ao acordo é o fato de terem sido destinados recursos da reparação para financiar o Plano Estadual de Mineração Estadual. O setor é atualmente responsável por diversos crimes socioambientais e pela situação de insegurança hídrica de várias comunidades.

Nesse contexto, o acordo foi bom para o governo, mas péssimo para o Estado. O termo firmado extinguiu diversas perícias técnicas e estudos que estavam sendo realizados pela Universidade Federal de Minas Gerais, perita do juiz. Além disso, o valor global acordado foi inferior ao valor devido, segundo estudos realizados pela Fundação João Pinheiro.

Como as comunidades não participaram do processo de negociação do acordo, as demandas e denúncias dos atingidos não foram incorporadas. No entanto, essas demandas seguem legítimas, pois o arranjo institucional não limita a luta por justiça e reparação integral dos nossos territórios.

### **Osat - Existem outras barragens de rejeitos de mineração em risco de rompimento na região?**

Apesar da Lei Mar de Lama Nunca Mais exigir que todas as barragens de rejeitos a montante fossem descaracterizadas até fevereiro de 2022, ainda existem 38 barragens de rejeitos no Estado de Minas Gerais. Ou seja, as mineradoras descumpriram a lei e fizeram um acordo com o governo, que estendeu o prazo de descaracterização para 2035.

Barragens são estruturas naturalmente instáveis. Precisam de fiscalização e monitoramento constante, com investimentos consideráveis para garantir sua segurança. Como o atual modelo mineral está inserido na lógica capitalista, as mineradoras têm precarizado cada vez mais as condições trabalhistas, assim como realizado cortes significativos nos

investimentos em segurança. Esse ainda é o modo mais eficaz que encontraram para reduzir os custos e maximizar os lucros.

Ao mesmo tempo, os organismos de fiscalização seguem sucateados pelos órgãos públicos, com pouquíssima capacidade de monitorar as centenas de estruturas espalhadas em diferentes regiões do Brasil. Infelizmente desastres como o de Mariana e Brumadinho não foram suficientes para garantir que crimes como estes não se repitam.

### **Osat - Na sua opinião, existe um outro modelo de mineração possível? Caso exista, quais são os principais obstáculos para alcançá-lo?**

Nem sempre a mineração foi como é hoje. Povos e comunidades indígenas e tradicionais foram precursores em criar ferramentas e utensílios com minerais que tornavam a vida cotidiana das comunidades muito mais acessível e simples. Infelizmente, o modelo mineral atual está inserido na lógica capitalista, e se preocupa exclusivamente com a acumulação e concentração de lucro em poucas mãos. Ou seja, os benefícios que deveriam ser socializados para garantir o bem estar coletivo, se concentram unicamente nas mãos das elites econômicas e políticas. Ao mesmo tempo, os prejuízos e impactos provocados pelos empreendimentos minerários se restringem às populações mais pobres.

Construir um modelo mineral mais justo, significa colocar o povo em lugar de centralidade na tomada de decisão. É o que nós, do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), entendemos como soberania popular. Não existe uma receita pronta, mas certamente este modelo mineral está fundamentado em princípios de justiça socioeconômica e ambiental.

O desafio principal para a concretização desse novo modelo mineral passa pela garantia do direito à participação informada, qualificada e independente. Atualmente, a arquitetura dos processos de licenciamento e reparação é construída para agilizar e facilitar a instalação dos empreendimentos, a despeito dos impactos socioambientais.

As mineradoras são conhecidas por sonegar impostos e os valores que chegam às prefeituras são insignificantes, especialmente quando comparados aos lucros extraídos dos territórios e aos danos socioambientais provocados. Ademais, a população não tem participação na definição de como estes valores devem ser alocados. Muitas vezes, o pouco recurso que chega, se transforma em show de algum cantor sertanejo.

Um modelo mineral mais justo e soberano passa também pela estatização de grandes empresas mineradoras. A lógica de empresas privadas é a maximização de lucro para seus acionistas. É por isso que essas mineradoras não estão conectadas com um projeto de desenvolvimento local, regional e nacional. Uma vez que a empresa é pública, é possível direcionar seus rendimentos para áreas consideradas estratégicas pelo estado, como saúde, educação, cultura, infraestrutura, entre outros. Isso não significa que empresas públicas não gerem impactos e violações de direitos. Mas significa que empresas públicas têm mais condições de planejar suas ações, calculando o custo e benefício de acordo com as necessidades da população, reconhecendo que lucros rápidos e arriscados podem significar prejuízos no curto, médio e/ou longo prazo. Por exemplo, se a Vale fosse uma empresa estatal, certamente calcularia que matar 272 cidadãos, desalojar centenas de famílias e contaminar toda uma bacia hidrográfica, geraria prejuízos que ela própria, enquanto organismo estatal, precisaria remediar. Não é o que ocorreu em Brumadinho e Mariana. A empresa firmou acordos de reparação com valores inferiores ao devido, e segue cometendo crimes reincidentemente, o que demonstra que, para os gestores da empresa, os crimes valem a pena.

## • BRUMADINHO

### Brumadinho Militante: Esperança de Novas Brumas

Helton Barbosa Damiani

No final de uma semana chuvosa, a aurora do dia 25 de janeiro de 2024 surge com um céu se abrindo. É o quinto aniversário de "Um Crime Continuado", conforme título de um dos últimos documentários a narrar o terror do fatídico evento ocorrido em Brumadinho no ano



de 2019. Apesar de todos os sinais apontarem para o que iria acontecer, nada foi feito: rompeu-se a barragem de rejeitos da Mina Córrego do Feijão, ceifando diretamente e de imediato a vida de 272 pessoas, que hoje são chamadas de "272 joias" por todos que estão nesta luta por justiça.

"Não foi acidente" bradam os atingidos! Embora, seja um dos maiores exemplos daquilo que podemos chamar de "acidente de trabalho ampliado", fenômeno que assola as classes trabalhadoras, mas, neste conceito, é dilatado no tempo e no espaço. O local não é somente ali, no estriço do trabalho. O evento se dilata amplamente no espaço. A lama contaminada que serpentou o vale e desceu misturada às águas do Rio Paraopebas, continua a contaminar longas extensões territoriais. A poeira do rejeito, soma-se à contínua poeira da mineração que a população denuncia que, somente diminui nesses tempos de hiperexploração, quando atividades que atraem pessoas externas à comunidade são marcadas na região. Todavia, a famigerada poeira, como um tule vermelho, continua a velar o vale de Brumadinho.

A antiga bruma clara de uma paisagem naturalmente úmida e ecologicamente equilibrada, de beleza envolvente, se esvoaçou. A poeira cor de sangue leva metais pesados ao entorno, contaminando a população, onde há comunidades com crianças que, em seus corpinhos leves, estão com até 5 vezes mais metais pesados que o aceitável, com o agravante de que não estão localizados dentro da "linha vermelha", aquela tida como a mais atingida. O "acidente ampliado", "crime continuado", é também no tempo. Pois já se vão 5 anos de pessoas vitimadas e não se sabe até quando as consequências existirão, porque, é possível que muitas consequências ambientais, sociais, econômicas, advenham, inclusive, com o futuro desenvolvimento de doenças em decorrência direta da contaminação por metais pesados. Neste universo, estão os pequeninos acima citados.

Portanto, não são somente 272 joias atingidas. Estas são aquelas joias mais imediatas. Porém, existem muitas outras que foram e continuam a terem suas vidas extraídas. Neste cômputo, estão os familiares dessas, mas tantos outros, sobretudo anônimos que continuam a serem atingidos, pois a contaminação segue impossibilitando o uso da água para consumo humano e animal, do solo para plantação, enquanto se expande a extração mineral e a estrutura para levar a cabo esta exploração. O olhar atento desvela os encobertos pelo anonimato que adoecem a ponto de tirarem suas próprias vidas. Não é difícil encontrar as informações relativas ao aumento do uso de antidepressivos e aumento do autoextermínio nas áreas afetadas. Pessoas que deixam suas casas pelo avançar das estradas e do pó dos caminhões de minério que cortam os campos ou em razão de tanta dor, não conseguem mais permanecer no lugar onde suas raízes estiveram plantadas.



## V Romaria de Brumadinho por uma Ecologia Integral



foto: Brasil de Fato

“Muitos que vinham visitar a beleza de Brumadinho, agora vem conhecer os lugares da tragédia”, depõem moradores. A sanha de um modelo explorador que mata, vai também criando um necroturismo. Mas, Brumadinho não é um caso somente e, tampouco, isolado. Podemos ver suas raízes nas determinações históricas que o produziram. Ele está encrustado nesta fase do modelo de produção internacional que presa mais pelo ouro, que pela felicidade. O ouro vem tirando o brilho do mundo do trabalho cada vez mais explorado por meio das desregulamentações mais diversas pelas quais o capital avança sobre o direito das pessoas e tenta dominar o estado nacional. Por isso, flexibilizam as leis, tentam a auto-regulamentação da mineração, e quando se consegue leis protetivas, são lentamente aplicadas, como é o caso dos passos letárgicos da chamada desincompatibilização das “barragens a montantes”, que são terminantemente proibidas nos mais diversos lugares do mundo e amplamente utilizadas em nosso continente latino-americano ou as flexibilizações que tentam passar na Norma Reguladora de Segurança e Saúde Ocupacional na Mineração.

É neste contexto maior que o tempo passa, mas os problemas se aprofundam. O clamor por justiça se faz luta na indignação que fez subir 1825 balões pretos no céu azul ensolarado no fim da manhã do dia 25 de janeiro deste ano de 2024, no término da Romaria de Brumadinho por uma Ecologia Integral, lembrando os dias que se esperam por justiça. A comunidade indignada estendeu esse final de manhã até o dia 4 de março, quando a justiça analisaria o pedido de habeas corpus concedido em benefício de Fábio Schvartsman, presidente da Vale na ocasião do rompimento, protestando diante do Tribuna Regional Federal da 6ª Região, mas que logo formou maioria para atender o pedido da defesa, contrariando o anseio da comunidade ainda em luto. Nesses mesmos dias, na terra do povo Kamakã Mongoió, área de conflito com a mineração, foi encontrado o corpo do líder indígena Cacique Merong Kamakã Mongoió. Em perspectiva histórica, tivemos a tragédia de Mariana, com o rompimento da Barragem do Fundão que assolou Bento Rodrigues, como tantos outros mundo afora, como relata o recente documentário internacional “A Ilusão da Abundância”. Atualmente, temos o afundamento das minas de sal gema da Braskem, em Maceió. Todos esses eventos decorrem do processo de permanente conflito de interesses entre o capital e o humano. E num estado como Minas Gerais, que desde a gênese de sua colonização é um estado minerador, em termos de vigilância em saúde do trabalhador, nos intriga por ainda não possuir, sequer, um protocolo de acompanhamento e tratamento para vítimas de acidente de mineração.

Assim como o sol raiou forte depois da semana chuvosa do último 25 de janeiro, que os trabalhadores (as) vejam a bruma vermelha alvejar-se novamente em Brumadinho e em toda a Nossa América que vivos (as) e de pé está a lutar por justiça e paz!

# O DEVIR DA TERRA

O crime de Unai

A Terra e seus caminhos!

A Terra tem seus Próprios Devires.... "O mundo como floresta fecunda, transbordante de vida, a terra como um ser que tem coração e respira". Davi Kopenawa.

Por aqui somos muitos viventes, e todos exploramos a terra de jeitos e formas diferentes, mas sempre na dependência dela, sendo a composição de maioria de uso para sobrevivência, mas várias encruzilhadas têm este caminhar. Teria a terra, por princípio, algum demandante com mais direito? Teria, por princípio, seres que nasceram juntamente com ela? Ou seria ela mesma o seu devir contínuo, cruzando seu tempo e impondo sua potência aos viventes dependentes?

Possibilidades que parecem confluir ou divergir diante dos vários cenários que se apresentam no cotidiano das nossas existências no mundo, pois se temos na terra a nossa a condição de sobrevivência o que espera o 'o ser astronauta' dessa coexistência quando esse impõe condições de destruição ao seu próprio habitat ou sendo esse ser diferenciado cabe a ele algum requisito que desconhecemos, mas que o torna o dono de gleba, hectares, Km doados ou adquiridos como donatários por pertencimento ou por leis? As indagações aqui advêm do intuito de tentar entender a disputa desmedida pela terra e que lugar ocupamos nesse universo paralelo entre a sobrevivência, entendendo a terra em sua potência de prover e sustentar as vidas e a terra como pertencimento a riqueza, acumulação e disputa de poder constante. É como se os 'astronautas' fossem de um outro universo uma vez que também são sujeitos dependente da mesma matriz para sobrevivência e continuidade de sua espécie eles tomam a terra como uma paisagem que pode ser movida, envenenada, entrecortada e legalizada de acordo com seu próprio movimento e desejo. Logo, ela é um produto privado e consumido, e é considerada como riqueza inesgotável, portanto um patrimônio a ser lapidado e transformado pelas necessidades individuais e de grupos astronautas e nessa disputa o 'dono da terra' toma para si

partes consideráveis de grandes territórios e vai elencando valores do sistema capitalista como sendo uma necessidade social e ampla para o chamado crescimento econômico, tendo o agronegócio, as monoculturas, a exploração mineral e a agropecuária como pontos centrais do domínio da terra. Neste jogo tanto os povos originários, as populações ribeirinhas quanto o vivente da agricultura de subsistência e outra categoria que vende sua força de trabalho por várias modalidades, vem sendo despejados dos seus habitats, das mais diversas formas de expropriação e expulsão em que impera o que podemos denominar de um poderio que se impõe por meio da covardia; ganância; intolerância e a quase certeza de impunidade. E aqui destacamos como a quase certeza da impunidade tem sido um marco fecundo e triste entre nós.

Trazendo um pouco desse enredo, podemos dizer que o Estado mesmo quando presente não está fora do alcance dos 'astronautas' da terra. No dia 28 de janeiro passado retornamos - um grupo de representantes do governo federal, movimento sindical, pastoral da terra e moradores da região - ao local onde foram emboscados e mortos os auditores-fiscais do trabalho Erastóstenes de Almeida Gonçalves, João Batista Soares Laje e Nelson José da Silva e do motorista Ailton Pereira Oliveira para uma cerimônia para rememorar o acontecimento, pois mesmo com todo o destaque e conhecimento dos fatos e julgamentos até aquela data, dois dos mandantes da chacina eram considerados foragidos. E a nossa indignação não tem licença para se aquietar, pois este tem sido o desfecho das grandes atrocidades cometidas no campo ou em outros territórios, como em tantos outros dias. Eram dias de lamento e dor e aqui trazendo um fato daquela mesma semana onde um grupo de cerca de duzentos fazendeiros armaram uma emboscada aos indígenas Pataxó Hã-hã-hã em seu próprio território no município de Potiraguá, no Sul da Bahia.

Ainda ficamos com a sempre pergunta, de quem e para quem é a terra?

## Maria da Ajuda Luiz dos Santos

Gerente de pesquisa da  
FUNDACENTRO



## Mário Parreiras de Faria

Auditor Fiscal do Ministério  
do Trabalho e Emprego/  
Superintendência Regional  
do Trabalho em Minas Gerais





# PROJETO CAMINHOS DO TRABALHO BRASIL NA UFMG

Os acidentes e as doenças relacionadas ao trabalho constituem um importante problema de saúde pública no Brasil. Em 2022 foram notificados via Comunicação de Acidentes de Trabalho (CAT) 612.900 acidentes, que muito provavelmente representam apenas uma fração do número real de eventos, considerando que a subnotificação é uma realidade.

Esta subnotificação decorre da recusa de empregadores em emitir a CAT, da desinformação dos trabalhadores sobre o direito a esta notificação e até da relutância de alguns trabalhadores em cobrar a emissão da CAT, temendo retaliações que podem chegar a demissão.

Dentre os direitos garantidos pela CAT estão a estabilidade no emprego por 12 meses quando do retorno ao trabalho depois de afastamento superior a 15 dias, e a continuidade do recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) durante o período de afastamento pela doença ou acidente junto ao INSS.

Outro motivo para que estatísticas centradas na emissão da CAT não traduzam a real gravidade do problema, diz respeito a fato da não obrigatoriedade de emissão do documento para trabalhadores contribuintes individuais (autônomos), servidores públicos, e trabalhadores não segurados pela previdência social.

Portando, o número real de acidentes e doenças relacionados ao trabalho pode ser bem maior. Para dar visibilidade a esta realidade o Projeto "Caminhos de Trabalho Brasil" presta assistência, realiza pesquisa e forma profissionais para o mapeamento e combate à ocultação do adoecimento ocupacional no Brasil. O projeto baseia-se no atendimento a trabalhadores vítimas dos agravos, análise de documentos do trabalhador e de material produzido por fontes públicas e privadas, conjugando atendimento direto aos trabalhadores com investigação e produção acadêmica, de modo a reduzir a subnotificação dos acidentes e doenças no Brasil.

O projeto iniciou suas atividades na cidade de Salvador (BA) em 2017, como projeto de extensão que uniu esforços da Faculdade de Medicina e da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Além da atenção à saúde das vítimas de doenças relacionadas ao trabalho, são realizadas entrevistas, elaborados documentos técnicos e jurídicos, e ajuizadas de ações.



Andréa Maria Silveira, coordenadora do Projeto Caminhos do Trabalho na UFMG

foto: Portal Gov.com

O projeto identificou situações de violação de direitos trabalhistas e por meio da produção de dossiês mobilizou Ministério Público e Judiciário para garantir estes direitos aos trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho e doenças relacionadas ao trabalho como teleatendentes de call centers, entregadores e motoristas dos "aplicativos".

Em 2023 o projeto se expandiu pelo Brasil, e hoje ocorre, na UFBA e nas seguintes universidades: Universidade de Brasília (UNB), Universidade de Campinas (UNICAMP), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal de Tocantins (UFTO), Fundacentro São Paulo e na Universidade Federal de Minas Gerais. O projeto conta com o apoio do Ministério Público do Trabalho (MPT), da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) e da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh).

Aqui, em Belo Horizonte, os atendimentos são realizados no Serviço Especial de Saúde dos Trabalhadores do Hospital das Clínicas da UFMG/Ebserh. Estão sendo convidados a participar do projeto os pacientes agendados para atendimento médico no serviço, os quais são entrevistados pelos graduandos extensionistas que participam do projeto.

Situações de risco são identificadas e encaminhadas para avaliação sociojurídica de mestrandas da Faculdade de Direito. Os trabalhadores (as) são então orientados quanto aos seus direitos trabalhistas e previdenciários, e recebem um parecer que os auxilia na busca de assistência jurídica caso necessário, para ingresso de ações na justiça (contra empregador ou previdência social).

Nos casos nos quais se confirma uma doença ou acidente relacionado ao trabalho é emitida a Comunicação de Acidente de Trabalho e realizada a notificação ao Sistema de Informação de Agravos de Notificação Ministério da Saúde (SINAN). O agendamento de consultas no Serviço Especial de Saúde dos Trabalhadores do Hospital das Clínicas da UFMG/Ebserh pode ser realizado pelo telefone 31 33079564, pelo email [sest.hcmg@eberh.gov.br](mailto:sest.hcmg@eberh.gov.br) ou pessoalmente no Serviço Especial de Saúde dos Trabalhadores do Hospital das Clínicas da UFMG/Ebserh situado na Alameda Álvaro Celso 270, (Anexo Bias Fortes), 7º andar, Santa Efigênia, Belo Horizonte, MG.

## • CULTURA

### Antônio Bispo dos Santos - a terra dá, a terra quer

“A Terra Dá, a Terra Quer” é uma obra marcante de Antonio Bispo dos Santos que mergulha nas complexidades da agricultura familiar no Brasil. O autor apresenta um retrato vívido das lutas e conquistas dos trabalhadores rurais, destacando a relação profunda entre o homem e a terra que cultiva. Nesse contexto, a exposição a agrotóxicos, as condições precárias de trabalho e a falta de assistência médica adequada são algumas das questões abordadas pelo autor.

Desse modo, o livro é mais do que um relato sobre a agricultura familiar no Brasil; é um chamado à reflexão sobre a importância de preservar os laços entre o homem e a terra, e de garantir condições dignas de trabalho e saúde para aqueles que dedicam suas vidas à produção de alimentos.



## • BOX INFORMATIVO

### SEMINÁRIO 30 anos de Saúde do Trabalhador no SUS-BH

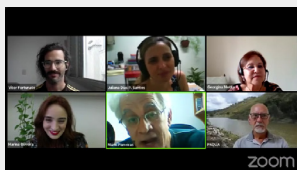
O Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte, por meio da Comissão Intersectorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CISTT), e com apoio da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte realizou no dia 31 de agosto (quinta-feira) de 2023, de 8h às 16h, no Salão Nobre da Faculdade de Medicina da UFMG o “Seminário 30 anos de Saúde do Trabalhador no SUS-BH”.

O evento comemorou 30 anos do início da Saúde do Trabalhador no município e homenageou vários profissionais que fizeram parte desta história e contou com a presença do Secretário Municipal de Saúde Danilo Borges, representante do Ministério da Saúde, lideranças sindicais, conselheiros de saúde e profissionais de saúde da rede municipal e de serviços de segurança e medicina do trabalho de empresas entre outros.

Quase 400 inscritos tiveram a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos na temática com palestrantes de diferentes instituições e conhecer mais sobre o trabalho realizado pelos Centros de Referência de Saúde do Trabalhador de Belo Horizonte. Foi salientada a importância do engajamento de todos para prevenir e intervir nos riscos dos ambientes e processos do trabalho, evitando acidentes e adoecimento.

## • LIVES

Confira as últimas lives produzidas pelo OSAT:



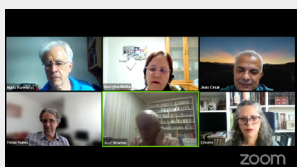
04/12/2023 - Análise do acordo firmado entre a Vale e o Estado  
Pesquisadora Marina Paula Oliveira

<https://www.youtube.com/watch?v=9ML-FRzHY98&t=1s>



20/12/2023 - A fiscalização como ferramenta de inclusão  
Auditora fiscal Patrícia Siqueira

<https://www.youtube.com/watch?v=py0mNHgrHsM>



03/10/2022 - Pesquisas e intervenções no setor da mineração: reflexões práticas, teóricas e éticas a partir das Abordagens Clínicas do Trabalho

Prof. João César de Freitas Fonseca

[https://www.youtube.com/watch?v=G\\_2dDbC6Exo](https://www.youtube.com/watch?v=G_2dDbC6Exo)

## Expediente

**Coordenador:** Tarcísio Márcio Magalhães Pinheiro (Faculdade de Medicina UFMG/ SEST HC-UFMG)

**Equipe de trabalho:** Alessandra Aline Martins (Coordenação da Saúde do Trabalhador de Belo Horizonte/ PBH/ SMSA); Andréa Maria Silveira (Faculdade de Medicina/ UFMG - SEST HC-UFMG/Ebserh); Antônio Pádua Aguiar (Fórum Sindical e Popular de Saúde e Segurança do Trabalhador e da Trabalhadora de Minas Gerais - FSPST e CISTT BH); Crisane Costa Rossetti (CEREST Municipal de Belo Horizonte/ PBH/ SMSA); Georgina Maria Vêras Motta (Fórum Sindical e Popular de Saúde e Segurança do Trabalhador e da Trabalhadora de Minas Gerais - FSPST); Eugênio Paceli Hatem Diniz (FUNDACENTRO MG); Fátima Lúcia Caldeira Brant de Oliveira (Diretora da Vigilância em Saúde do Trabalhador CEREST Contagem); Flávia Luiza Rocha Silva (CEREST Municipal de Belo Horizonte/ PBH/ SMSA); Helian Nunes de Oliveira (Nescon/ UNASUS-UFMG/ Faculdade de Medicina UFMG); Helton Barbosa Damiani (Mestrado Profissional Promoção da Saúde - Faculdade de Medicina UFMG); José Newton Garcia de Araújo (Professor Titular Aposentado da UFMG); Juliana Dias Pereira dos Santos (CEREST Municipal de Belo Horizonte/PBH/SMSA); Márcia da Silva Anunciação Lazarino (PMB/ SMS/ CEREST Betim); Maria da Ajuda Luiz dos Santos (FUNDACENTRO MG); Mário Parreiras de Faria (Ministério do Trabalho e Emprego/ Superintendência Regional do Trabalho em Minas Gerais); Marta de Freitas (Fórum Sindical e Popular de Saúde e Segurança do Trabalhador de Minas Gerais - FSPST); Olívia Maria de Paula Alves Bezerra (UFOP - Professora Titular Aposentada e Voluntária); Silmar Maria da Silva (Escola de Enfermagem UFMG); Tarcísio Márcio Magalhães Pinheiro (Faculdade de Medicina UFMG/ SEST HC-UFMG)

**Instituições parceiras:** Ministério do Trabalho (Fundacentro/MG e Superintendência Regional do Trabalho/MG), Secretaria de Saúde de Minas Gerais, Fórum Intersindical de Saúde do Trabalhador, CERESTs Betim e Contagem

**Organizadores:** Faculdade de Medicina da UFMG e Prefeitura de Belo Horizonte

**Edição e Diagramação:** Vitor Fortunato **Boletim de circulação online:** <http://site.medicina.ufmg.br/osat/>

**Contato:** [osatbh2019@gmail.com](mailto:osatbh2019@gmail.com) (É permitida a reprodução de textos, desde que citada a fonte.)



Entre no site e fique por dentro do que acontece no OSAT:

[www.site.medicina.ufmg.br/osat](http://www.site.medicina.ufmg.br/osat)

